



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Requisições nº 646/2019; 648/2019; 649/2019.

Processo Administrativo nº 2493/2019.

Fundamentação legal: artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

Contrato nº 98/2019.

CONTRATO

Termo de contrato que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA**, inscrito no CNPJ 45.731.650/0001-45, com sede na Rua Galício Del Nero nº 51, centro, neste ato representada pelo Senhor Prefeito Municipal, **ADEMIR ALVES LINDO**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 11.707.894-3 SSP/SP, e CPF nº 016.192.378-06, domiciliado nesta cidade, onde reside na Rua Roberto Demétrius Zema nº 2844, Jardim Carlos Gomes, cidade de Pirassununga – SP, doravante denominada simplesmente **PREFEITURA**, e do outro lado a empresa **ARAÚJO & SANTOS LTDA ME**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.871.008/0001-87, com sede na Avenida Newton Prado, nº 1627, Centro, nesta cidade de Pirassununga/SP, CEP 13.631-040, tel.: (19) 3562 3094, email: multipla24h@hotmail.com, dados bancários: Banco do Brasil, agência 0163-5, conta corrente 34.389-7, daqui por diante denominada “**CONTRATADA**” representada neste ato por **EVA GONÇALVES DE ARAÚJO AVELINO**, brasileira, maior, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 23.661.295-5 SSP/SP e do CPF/MF nº 123.618.998-17, residente e domiciliado na Rua José Carlos Leme Franco Guimarães, nº 520, Condomínio residencial das Rosas, casa 22, Jardim Leonor Cristina, na cidade de Pirassununga/SP, CEP 13.630-000, tel.: (19) 3562 3094, email: multipla24h@hotmail.com, ficando justo e contratado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente **O MONITORAMENTO DE ALARME DO CRAS VILA SÃO PEDRO; CRAS VILA SANTA FÉ E SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL (ÓRGÃO GESTOR). CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARME COM SISTEMA COMPLETO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, COM INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE ALARMES SEM CUSTOS ADICIONAIS**, de acordo com o Termo de Referência, demais exigências contidas no Anexo Único deste instrumento contratual.

1.2. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requerida.

1.3. Toda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante deste contrato será exclusivamente da Contratada.

1.4. A Contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto deste contrato, limitados ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 2 – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O regime de execução deste contrato é o de menor preço global.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA 3 – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1. A Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento do objeto descrito na cláusula 01, o preço global de **R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais)**.
- 3.2. No que tange aos serviços de monitoramento o pagamento ocorrerá todo dia 30 (trinta) do mês subsequente ao vencido e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente vistada por um agente da unidade requisitante. Para o caso dos equipamentos, o pagamento se dará em até 07 dias após a entrega e instalação dos mesmos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente assinada por um agente da unidade requisitante.
- 3.3. A emissão da nota fiscal deverá obedecer as disposições contidas na Portaria CAT 162/08 (nota fiscal eletrônica) e suas ulteriores alterações, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.
- 3.4. Em caso de atraso por parte da Administração no pagamento da fatura, ficará esta sujeita à atualização monetária com base no IPC/FIPE *pro rata die*, desde a data da obrigação até sua efetiva quitação.
- 3.5. É admitido reajuste extraordinário, por índices de preços gerais, setoriais e ou que reflitam variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos, de conformidade com o permissivo contido nos artigos 2º e 3º, da Lei nº 10.192/2001.
- 3.6. Na hipótese de prorrogação da avença, extrapolando-se o prazo de 12 meses, no qual o reajuste é vedado nos termos da Lei 10.192/01, e caso tal prorrogação não decorra de culpa da Contratada, será admitido reajuste do preço pactuado, alcançando a data de apresentação da proposta, com base no índice IPC/FIPE *pro rata die* acumulado no período, o qual permanecerá fixo por mais doze meses.

CLÁUSULA 4 – PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

- 4.1. Prazo de vigência contratual e execução dos serviços: **12 (doze) meses**, contados a partir da expedição do Termo de Início, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 4.2. Prazo para efetivação dos serviços e/ou entrega dos equipamentos nas unidades: 02 dias, contados da expedição do Termo de Início.
- 4.3. A Contratada deverá comunicar de imediato a Contratante, acerca de eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações e demais disposições constantes deste ajuste.
- 4.4. A garantia e manutenção será válida por 12 (doze) meses contados a partir da entrega e instalação.

CLÁUSULA 5 – DO CRÉDITO POR ONDE CORRERÁ A DESPESA

- 5.1. As despesas decorrentes do contrato correrão à conta da dotação assim classificada:

Solicitação 649/2019

13.02 F.M.A.S.

Despesa 563

Categoria Econômica 33.90.39-99

Rubrica Orçamentária 08 244 4002 2375 F05

Código de Aplicação 5000013 PAIF

Solicitação 646/2019

13.02 F.M.A.S.

Despesa 563

Categoria Econômica 33.90.39-99



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rubrica Orçamentária 08 244 4002 2375 F05 RF
Código de Aplicação 5000013 PAIF

Solicitação 648/2019

13.02 F.M.A.S.

Despesa 2438

Categoria Econômica 33.90.39-99

Rubrica Orçamentária 08 244 4002 2381 F95 Rec. Ex Ant

Código de Aplicação 5000017 IGD/SUAS

CLÁUSULA 6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 6.1. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato.
- 6.2. Facilitar por todos seus meios, o exercício das funções da Contratada, de modo a permitir a boa execução do objeto desta contratação.
- 6.3. Fiscalizar o bom andamento do serviço prestado pela Contratada, através de preposto indicado pela Contratante, podendo realizar avaliações periódicas e adequadas aos procedimentos utilizados pela Contratada na execução dos serviços, notificando, imediatamente e por escrito, qualquer problema ou irregularidade encontrada.
- 6.4. Comunicar a contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com os serviços em questão.
- 6.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços e/ou materiais que a contratada executar/entregar fora das especificações da requisição.

CLÁUSULA 7 – SANÇÕES

- 7.1. A contratada convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, fizer declaração falsa, deixar de apresentar a documentação exigida para o presente certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal:
 - a) Ficará(ão) impedida(s) de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Pirassununga, e ainda, descredenciado no seu Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 7.2. Aplicam-se, também, as sanções administrativas contidas no art. 87, I, II, III e IV, §§ 1, 2 e 3 da Lei 8.666/93, observados os prazos contidos no subitem anterior.
- 7.3. As penalidades não excluem a responsabilidade civil ou criminal, caso a(s) Contratada incorra nas mesmas.
- 7.4. Se a contratada não observar o prazo e/ou forma fixado para a execução do serviço e/ou entrega dos equipamentos ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) do valor total do contrato, enquanto perdurar atraso, até o limite de 10 (dez) dias. Ultrapassando este limite a contratação poderá vir a ser rescindida, a critério do Município, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.
- 7.5. Na hipótese de inadimplemento parcial da obrigação incorrerá a contratada em multa de até 15% (quinze por cento) do valor total do contrato, conforme critérios de razoabilidade, sendo o valor devidamente reajustado a data da aplicação da penalidade.
- 7.6. Na hipótese de inadimplemento total da obrigação incorrerá(ão) a(s) Contratada(s) em multa de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, devidamente reajustado a data da aplicação da penalidade.
- 7.7. As multas são cumulativas e a aplicação de qualquer uma não exime a aplicação de penalidade subsequente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

7.8. Se a Contratante tiver que ingressar em Juízo em consequência do contrato e/ou de suas partes integrantes, a Contratada, sem prejuízo da indenização e das sanções cabíveis, pagará a Prefeitura, a título de honorários advocatícios, a importância correspondente a 10% (dez por cento) do valor da causa.

7.9. As penalidades e multas previstas não têm caráter compensatório, mas meramente punitivo e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas e/ou prejuízo que o seu ato venha acarretar.

7.10. Em nenhuma hipótese de inadimplemento parcial do contrato, o total das multas aplicadas poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor total do contrato reajustado, sob pena de rescisão contratual.

7.11. As multas serão descontadas diretamente do pagamento a que a contratada fizer jus.

7.12. O pedido de prorrogação de prazos equivalente ao dia de atraso por justa causa ou força maior, a critério da Contratada, só será recebido pela Administração Municipal se acompanhado das justificativas.

CLÁUSULA 8 – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. Constituem casos que possibilitam a rescisão contratual todas as condutas das partes que se adequarem aos motivos tipificados no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA 9 – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE

9.1. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em casos de rescisão administrativa, em face do regime jurídico deste contrato administrativo, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA 10 – DA VINCULAÇÃO DAS PARTES À REQUISIÇÃO E À PROPOSTA

10.1. As partes se vinculam ao contido na requisição e na proposta ofertada pela Contratada.

CLÁUSULA 11 – DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA

11.1. A execução contratual e todas as ocorrências decorrentes desta avença são regidas pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11.2. Os casos omissos, não solucionáveis por essa norma, submetem-se aos preceitos de direito público em primeiro lugar, para depois lhes se aplicar a teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA 12 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Entregar os materiais e efetuar os serviços de acordo com as especificações e demais condições estipuladas na requisição.

12.2. Entregar os materiais e executar os serviços, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, combustíveis e hospedagem com pessoal, decorrentes da execução do objeto do Contrato.

12.3. Fornecer os equipamentos adequados às tarefas que deverão ser executadas.

12.4. Arcar com todas as despesas com pessoal necessário à boa execução dos serviços, incluindo todos os seus reflexos, resultantes da legislação competente como impostos, taxas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária, comercial ou tributária de qualquer natureza e os pertinentes ao seu ramo de atividade, além daqueles oriundos bem como por aqueles oriundos de transportes, cuja prova da respectiva satisfação fará quando solicitado pela Contratante ou por quem lhe faça às vezes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- 12.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas relativas à saúde e segurança do trabalho, bem como os encargos vigentes ou futuros, decorrentes da obrigação social, fiscal e/ou previdenciária, originários da relação empregatícia entre a Contratada e o pessoal por ela empregado na execução do Contrato.
- 12.6. A responsabilidade da contratada no que concerne ao objeto do Contrato é integral e exclusiva, nos termos do Código Civil e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, não diminuindo ou excluindo esta responsabilidade o exercício de fiscalização por parte da Contratante.
- 12.7. Responsabilizar-se, em qualquer caso, por dano ou prejuízo que eventualmente possa causar a terceiros, em decorrência da execução do respectivo Contrato, sem qualquer responsabilidade ou ônus para a Contratante, por indenizações ou ressarcimentos devidos.
- 12.8. Manter, durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e garantir o perfeito fluxo operacional das atividades e a manutenção do padrão dos serviços estabelecidos.
- 12.9. Comunicar à unidade requisitante, de imediato, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste contrato.
- 12.10. Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo em parte o(s) serviços(s) e/ou material(is) em que se verifique danos e/ou falhas, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação que lhe for entregue oficialmente.
- 12.11. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da contratação.
- 12.12. Organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas.
- 12.13. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, o(s) serviço(s) que não atenda(m) as especificações contidas no Termo de Referência e na requisição.

CLÁUSULA 13 – DO GESTOR DO CONTRATO

- 13.1 – Fica nomeada como gestor do contrato, a Servidora Josemari Benine, portadora da Cédula de Identidade RG nº 26.352.816-9 e inscrita no CPF/MF sob o nº 109.901.178-71, Cargo de Atendente Social, lotada na Secretaria Municipal de Promoção Social.
- 13.2 - No desempenho de suas atividades é assegurado ao gestor do contrato o direito de verificar a perfeita execução do presente Contrato em todos os termos e condições.

CLÁUSULA 14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Os serviços a serem executados serão acompanhados por servidor nomeado pela Secretaria Municipal de Promoção Social.
- 14.2. Constatado pelo responsável para o acompanhamento dos serviços, através de laudo, que os serviços e/ou equipamentos encontram-se em desacordo com Termo de Referência e a requisição, após contraditório da contratada, o contrato poderá ser rescindido, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.
- 14.3. A fiscalização dos serviços pela Contratante não exclui nem diminui a completa responsabilidade da Contratada por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais.
- 14.4. O ISSQN deverá ser recolhido e calculado com alíquota de 3% sobre o valor total do contrato. Este imposto será retido em cada pagamento, de acordo com o artigo 175, da Lei Complementar nº 081/2007 (Código Tributário Municipal de Pirassununga).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

14.5. O Município de Pirassununga se reserva ao direito de inspecionar os serviços e equipamentos utilizados, podendo recusá-los ou solicitar sua substituição, e ainda, se reserva ao direito de revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, desde que justificadamente haja inconveniência administrativa para seus serviços e por razões de interesse público.

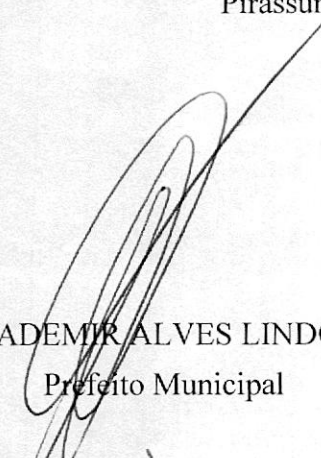
CLÁUSULA 15 – DISPOSIÇÕES FINAIS

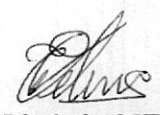
15.1. Obriga-se a Contratada a manter, durante todo o contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na requisição.

15.2. Para as questões que se suscitarem entre as partes contratantes, e que não sejam resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Pirassununga para a solução judicial, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

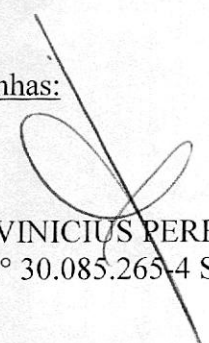
15.3. E por estarem as partes justas e de pleno acordo no que se refere aos termos do presente contrato, firmam o mesmo em 02 (duas) vias de igual teor e validade, perante as testemunhas abaixo nomeadas.

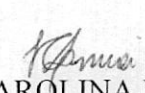
Pirassununga, _____ de _____ de 2019.


ADEMIR ALVES LINDO
Prefeito Municipal


ARAUJO & SANTOS LTDA ME
CNPJ nº 10.871.008/0001-87

Testemunhas:


CAIO VINICIUS PERES E SILVA
RG nº 30.085.265-4 SSP/SP


IANA CAROLINA DE LIMA
RG nº 34.505.249-3 SSP/SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Requisições nº 646/2019; 648/2019; 649/2019.

Processo Administrativo nº 2493/2019.

Fundamentação legal: artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

Contrato nº 98/2019.

Contratante: Prefeitura Municipal de Pirassununga.

Contratada: ARAUJO & SANTOS LTDA ME

OBJETO: O MONITORAMENTO DE ALARME DO CRAS VILA SÃO PEDRO; CRAS VILA SANTA FÉ E SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL (ÓRGÃO GESTOR). CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARME COM SISTEMA COMPLETO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, COM INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE ALARMES SEM CUSTOS ADICIONAIS.

ANEXO "ÚNICO"

Seq.	Cód. Material	Qtde.	Unid.	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	1.1.488	1	UN	Serviço de monitoramento de alarme. Serviço monitoramento de alarmes completo em comodato, com instalação do sistema de alarmes sem custos adicionais, a serem prestados nos locais: - Cras Vila São Pedro: Rua Paulo Limoeiro, nº 383, Vila Bras, Pirassununga/SP. - Cras Vila Santa Fé: Rua São Sebastião, nº 1300, Vila Santa Fé, Pirassununga/SP. - Secretaria Municipal de Promoção Social: Rua Frederico Port, nº 74, centro, Pirassununga/SP.	R\$ 240,00	R\$ 2.880,00

VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS CADASTRO DO RESPONSÁVEL

Requisições nº 646/2019; 648/2019; 649/2019.

Processo Administrativo nº 2493/2019.

Fundamentação legal: artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

Contrato nº 98/2019.

Contratante: Prefeitura Municipal de Pirassununga.

Contratada: ARAUJO & SANTOS LTDA ME

OBJETO: O MONITORAMENTO DE ALARME DO CRAS VILA SÃO PEDRO; CRAS VILA SANTA FÉ E SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL (ÓRGÃO GESTOR). CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARME COM SISTEMA COMPLETO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, COM INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE ALARMES SEM CUSTOS ADICIONAIS.

Nome: ADEMIR ALVES LINDO

Cargo: PREFEITO MUNICIPAL

RG nº 11.707.894-3 – SSP/SP – CPF nº 016.192.378-06

Endereço: Rua Roberto Demétrius Zema, 2844, Jd. Carlos Gomes, Pirassununga – SP

Telefone: 19 3561-7406

e-mail: prefeito@pirassununga.sp.gov.br - ademir@ademirlindo.com.br

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP:

Nome: VANESSA HERNANDES MARTINS GUION

Cargo: Contadora

Endereço Comercial do Órgão/Setor: Rua Galício Del Nero, nº 51 – Centro – Pirassununga-SP.

Telefone e Fax: 015 19 – 3562-1601 ou 015 19 – 3565-8014

e-mail: contabilidade2@pirassununga.sp.gov.br

Pirassununga, _____ de _____ de 2019.


ADEMIR ALVES LINDO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Requisições nº 646/2019; 648/2019; 649/2019.

Processo Administrativo nº 2493/2019.

Fundamentação legal: artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

Contrato nº 98/2019.

Contratante: Prefeitura Municipal de Pirassununga.

Contratada: ARAUJO & SANTOS LTDA ME

OBJETO: O MONITORAMENTO DE ALARME DO CRAS VILA SÃO PEDRO; CRAS VILA SANTA FÉ E SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL (ÓRGÃO GESTOR). CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARME COM SISTEMA COMPLETO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, COM INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE ALARMES SEM CUSTOS ADICIONAIS.

Advogado(s): Município: Dr. Luis Gonzaga Neves Melo Júnior – OAB/SP 56.184; Dr. Valter Tadeu Camargo de Castro – OAB/SP 83.082; Dr. Caio Vinícius Peres e Silva – OAB/SP 214.257; Dra. Érica Regina Pianca – OAB/SP 206.780 e Dr. Cleber Botazini de Souza – OAB/SP 319.544; Dr. Fábio Henrique Zan – OAB/SP 214.302.

Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Pirassununga, _____ de _____ de 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CONTRATANTE

Nome e cargo: ADEMIR ALVES LINDO – Prefeito Municipal.

RG: 11.707.894-3 – SSP/SP.

CPF: 016.192.378-06.

Telefone: (19) 3565 8000.

Endereço: Rua Galício Del Nero, nº 51, centro, Pirassununga/SP.

E-mail institucional: prefeito@pirassununga.sp.gov.br.

E-mail pessoal: ademir@ademirlindo.com.br.

ASSINATURA: _____

CONTRATADA:

Nome e cargo: EVA GONÇALVES DE ARAÚJO AVELINO - empresária

RG: 23.661.295-5 SSP/SP

CPF: 123.618.998-17

Telefone: (19) 3562 3094

Endereço: Rua José Carlos Leme Franco Guimarães, nº 520, Condomínio residencial das Rosas, casa 22, Jardim Leonor Cristina, na cidade de Pirassununga/SP, CEP 13.630-000.

E-mail institucional: multipla24h@hotmail.com

E-mail pessoal: multipla24h@hotmail.com

ASSINATURA: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA.

CNPJ Nº: 45.731.650/0001-45.

CONTRATADA: ARAUJO & SANTOS LTDA ME

CNPJ Nº: 10.871.008/0001-87

PROTOCOLO ADM. Nº 2493/2019

CONTRATO Nº: 98/2019.

OBJETO: O MONITORAMENTO DE ALARME DA COZINHA COMUNITÁRIA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARME COM SISTEMA COMPLETO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, COM INSTALAÇÃO COMPLETA DO SISTEMA DE ALARMES SEM CUSTOS ADICIONAIS.

VALOR: R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais).

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Pirassununga, ____ de _____ de 2019.


Ademir Alves Lindo
Prefeito Municipal

